



Com 60,88% do eleitorado composto por pretos e pardos, bancada eleita no DF terá apenas 11 parlamentares desse segmento. Especialistas e eleitos apontam o racismo estrutural e a falta de verbas, que filtram o acesso ao Legislativo

REPRESENTATIVIDADE negra é um desafio no DF

» IAGO MAC CORD
» LUIZ FELLIPE ALVES

O eleitorado do Distrito Federal é majoritariamente negro, mas a eleição da bancada brasileira ao Poder Legislativo local e nacional continua sob o domínio de parlamentares brancos. Das 34 cadeiras disputadas no DF nas eleições deste ano — somando a Câmara Legislativa (CLDF), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal —, apenas 11 dos eleitos se autodeclararam negros (pretos ou pardos).

O contraste salta aos olhos quando confrontado com a realidade demográfica de Brasília, onde 60,88% dos eleitores são negros — sendo 49,17% pardos e 11,71% pretos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa sub-representação revela que a igualdade formal do voto não tem sido suficiente para superar as barreiras econômicas, geográficas e partidárias que filtram o acesso de lideranças negras aos cargos de poder na capital da República.

Cientista política e coordenadora-geral do Observatório do Congresso, Evelyn Apolinária atribui a reduzida bancada negra do DF a uma soma de barreiras estruturais. A especialista explica que a capital combina alta renda per capita com forte concentração no Plano Piloto, enquanto a população negra vive nas periferias.

Nesse cenário, as cúpulas partidárias priorizam nomes com financiamento e visibilidade prévios, assimetria agravada pela lista aberta e pelos gargalos na fiscalização do TSE, que ocorre apenas na prestação de contas pós-eleição. A sub-representação reduz a prioridade de pautas como igualdade racial e segurança, além de afastar parlamentares negros de cargos de comando, como comissões e Mesa Diretora.

“Com 11 de 34 mandatos, a bancada negra do DF fica em torno de 30%, metade do peso demográfico do eleitorado. A discrepância decorre menos de uma causa isolada do que da soma de barreiras que se reforçam. O DF combina a maior renda per capita do país com forte concentração espacial dessa renda no Plano Piloto e em áreas centrais, enquanto a população negra está concentrada nas regiões administrativas periféricas”, avaliou.

Para superar o problema, a especialista defende a divulgação transparente dos repasses por candidatura individual, a reserva de cadeiras e a democratização interna das legendas com critérios claros de seleção e programas permanentes de formação.

Fabio Vidal, cientista político, mestre em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e autor da dissertação *A raça na casa do povo*, complementa afirmando que a distância entre os 60,88% de eleitores negros no DF e os 11 parlamentares eleitos decorre de uma estrutura seletiva que filtra quem chega competitivo às urnas. O pesquisador aponta que o racismo estrutural se reflete na renda, escolaridade e redes de contato, sendo reproduzido na política.

Na dimensão territorial, o modelo exige campanhas caras por todo o DF, inviabilizando lideranças comunitárias. Além disso, o sociólogo critica a falta de fiscalização na autodeclaração dos candidatos — ponto em que qualquer postulante pode se declarar como quiser sem a devida checagem da Justiça Eleitoral —, o repasse de verbas na reta final das campanhas e as anistias concedidas pelo Congresso aos partidos infratores.

“A diferença entre os 60,88% de pretos e pardos no eleitorado e as 11 cadeiras ocupadas por parlamentares negros não se explica por falta de candidatos nem por falta de votos. Ela vem de uma estrutura que filtra quem chega competitivo à urna. O racismo brasileiro se manifesta na renda, na escolaridade, nas redes de contato e no acesso aos espaços de decisão, e a política reproduz essas desigualdades”, pontuou Fabio Vidal.

Recorrendo ao conceito de “política de presença” de Anne Phillips, Vidal defende que a ocupação física dos cargos de poder

Davi Pereira CB/D.A Press



Max Maciel: acesso das periferias não pode ser exceção

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ricardo Vale: crítica ao descumprimento de cotas nas campanhas

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Martins Machado: projetos de inclusão social e esportes

é indispensável para priorizar pautas como combate à violência policial e saúde da população negra, propondo a criação de bancas de heteroidentificação para checar o enquadramento racial, repasse antecipado de recursos e fim definitivo das anistias.

Representação

Reeleito como o deputado distrital mais votado da capital, com 92,2 mil votos, Max Maciel (PSol), que se autodeclara pardo, avalia que a sub-representação negra na CLDF expõe como o racismo estrutural e o poder econômico ainda limitam o acesso das periferias ao poder. O parlamentar

ressalta que a distribuição desigual de verbas e de tempo de rádio e TV impede que a disputa eleitoral ocorra em pé de igualdade, defendendo que trajetórias periféricas de sucesso precisam deixar de ser exceções para se tornarem regra na política local.

“A gente precisa entender que o racismo estrutural define quem tem acesso ao poder. A população negra está nas periferias, está trabalhando, mas ainda não está representada na mesma proporção onde as decisões são tomadas”, disse Max Maciel.

A busca por igualdade nas urnas é reforçada por lideranças com longa trajetória na política local. Caminhando para o sexto mandato na CLDF após obter 50 mil votos,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Pepa: partidos precisam investir na formação de lideranças

Ed Alves/CB/D.A Press



Chico Vigilante: racismo como uma barreira política

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Keka Bagno: população negra é minoria nos espaços de decisão

Chico Vigilante (PT), autodeclarado preto, destaca que ocupar uma das poucas vagas conquistadas por negros representa levar ao centro da decisão uma população historicamente marginalizada. O distrital identifica na herança do racismo a principal barreira para a formação de bancadas mais plurais, defendendo que as legendas partidárias ampliem de forma efetiva o aporte financeiro para candidaturas pretas e pardas.

“Acho que tem que ter mais recursos destinados aos negros para a campanha eleitoral, e a sociedade tem que se conscientizar mais da necessidade de ter homens e mulheres negros participando no âmbito do Congresso e da Câmara

Legislativa”, afirmou Chico Vigilante.

A percepção de que a mudança passa pela base partidária e pela valorização de quadros comunitários encontra eco também em partidos de centro e direita. Reeleito com 29,8 mil votos, Pepa (PP), autodeclarado pardo, observa que a falta de recursos e de estrutura permanece como a principal barreira para a renovação política. O parlamentar pondera que a aproximação do Legislativo com a realidade do DF depende do investimento contínuo das siglas na capacitação e no fortalecimento de lideranças populares que já desenvolvem trabalho nas cidades do DF.

“Os partidos têm um papel importante em identificar e preparar novas lideranças. Investir em formação política e dar espaço a quem tem trabalho reconhecido nas comunidades é o melhor caminho para que a representação no Legislativo fique cada vez mais próxima da realidade da população”, destacou Pepa.

Na mesma linha, críticas sobre os gargalos na fiscalização do financiamento eleitoral são apontadas como fatores de perpetuação desse cenário. Reeleito para a CLDF com 29,4 mil votos, Ricardo Vale (PT), autodeclarado pardo, reforça que candidaturas negras continuam enfrentando disputas desiguais por escassez de visibilidade e de verba. O distrital ressalta que, embora haja avanços na legislação de cotas, o descumprimento por parte das agremiações e a fiscalização tardia mantêm a disparidade de forças no dia da votação.

“O PT tem a luta antirracista como bandeira, mas todo partido, inclusive o meu, precisa ir além: formar lideranças negras, abrir espaço nas direções e dividir recursos de forma justa desde o início da campanha”, defendeu Ricardo Vale.

Entre o grupo de parlamentares que contam com trabalho voltado à inclusão social nas regiões administrativas, Martins Machado (Republicanos) foi reeleito para a CLDF com 27,5 mil votos. Autodeclarado pardo, o distrital salienta que integrar a bancada negra exige um compromisso ético e histórico com a população que ajudou a erguer Brasília, apontando que a promoção de oportunidades reais passa por alocar recursos em projetos de esporte, educação e qualificação profissional nas áreas mais vulneráveis da capital.

“Mais do que falar sobre representatividade, precisamos criar oportunidades, combater desigualdades e abrir caminhos para que novas lideranças negras também possam ocupar esses espaços”, ressalta Martins Machado.

A urgência de transformar a representatividade numérica em prioridade orçamentária é a principal marca trazida pelas bancadas femininas e periféricas. Única mulher negra eleita para a Câmara Legislativa, Keka Bagno (PSol) conquistou 40,5 mil votos. Autodeclarada preta, a deputada distrital ressalta que ocupar uma das poucas cadeiras negras na capital é uma vitória coletiva que exige combate firme às desigualdades sociais e raciais nas periferias, priorizando a garantia de direitos em áreas vitais como transporte, moradia e saúde pública.

“A população negra é maioria no DF, mas continua sendo minoria nos espaços de decisão. Não basta ter pessoas negras ocupando cadeiras. É preciso que o enfrentamento ao racismo também ocupe o orçamento, as leis e as prioridades do Estado”, afirmou.

Procurados pelo **Correio**, os deputados federais eleitos Fábio Felix (PSol, 224,2 mil votos, autodeclarado pardo) e Reginaldo Veras (PV, 43,2 mil votos, autodeclarado pardo), além dos deputados distritais Roosevelt Vilela (PL, 39,2 mil votos, autodeclarado pardo), Wellington Luiz (MDB, 28,8 mil votos, autodeclarado preto) e Rogério Morro da Cruz (PSD, 19,6 mil votos, autodeclarado pardo) não responderam aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição. O espaço permanece aberto para eventuais manifestações.